



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL Nº: 012/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO MERENDA ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2020.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DO ITEM
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL
ABERTURA: 31/03/2020 ÀS 08:30 HORAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA/RS, no uso de suas atribuições legais torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei Federal nº 10.520, Decreto Municipal 036/2013, à Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 147/2014 e, subsidiariamente à Lei nº 8.666/1993, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios destinados à Merenda Escolar para as Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme descrição, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Planilha Descritiva, para o ano letivo escolar de 2020.

Item – 1 (produtos não perecíveis).

Item – 2 (frios).

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Poderão participar deste Pregão Presencial quaisquer interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto às exigências de documentação.

2.2 - Em caso de apresentar-se o sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos os seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3 - O objeto descrito no Contrato Social deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

2.4 - Não será admitida a participação de empresas:

2.4.1 - Na condição de concorrentes: pessoas físicas ou jurídicas em consórcios e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.4.2 - Concorratórias, em recuperação judicial ou em processo falimentar, sob o concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.4.3 - Que estejam declaradamente com o direito de licitar e contratar suspenso pela Administração Pública de quaisquer das esferas;

2.4.4 - Que estejam cumprindo pena de Declaração de Inidoneidade imposta por qualquer ente da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

2.5 - As licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do(a)



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Pregoeiro(a). Será considerada a data de recebimento dos envelopes junto ao pregoeiro do Município e não a data de postagem, se enviado por correio ou outro serviço.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1 - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente identificado e habilitado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada. Será permitido que haja nomeação de novo representante legal, mediante instrumento próprio (procuração ou carta de preposição) para fins de assinatura do contrato, devendo conter firma reconhecida pelo outorgante.

3.2 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes** para análise pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

3.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

3.3.1 - Se realizado por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. No caso de Sociedade comercial ou sociedade por ações, deve estar acompanhado do documento de eleição de seus administradores. Se Sociedade civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

3.3.2 - Se empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática dos demais atos inerentes ao certame;

3.3.3 - Se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

3.3.4 - Se o credenciamento for realizado por procurador ou preposto, este deverá apresentar:

a) procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, acompanhado do ato constitutivo da empresa que comprove a legitimidade do outorgante;

b) termo de credenciamento (conforme modelo anexo) outorgado pelo(s) representante(s) legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática dos demais atos inerentes ao certame, acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

3.4 - Em todas as hipóteses previstas no item 3 é obrigatória a apresentação do documento de identidade.

3.5 - No ato de credenciamento deverá ser apresentada declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002. Entretanto, se a declaração não estiver anexada, esta poderá ser preenchida e assinada no ato do credenciamento.

3.6 - **Em qualquer hipótese é obrigatória a apresentação, fora dos envelopes, do Contrato Social ou equivalente, conforme enquadramento da empresa.**

3.7 - Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer é obrigatória a presença do licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.8 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, **fora dos envelopes**, no momento do credenciamento, comprovante de que se enquadra como ME - microempresa ou EPP - empresa de pequeno porte, registrado na Junta Comercial ou com declaração do contador responsável.

As cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite permitido, às ME's e EPP's gozarão dos benefícios nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

3.9 - Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados na sua forma original ou por intermédio de cópia autenticada por cartório competente ou servidor público do Município de Presidente Lucena, até 1 hora antes do ato de abertura do envelope respectivo, desde que as referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos ao representante legal presente, após a autenticação requerida.

3.10 - Com exceção do documento de identificação do credenciado, os demais documentos apresentados no credenciamento, independentemente se originais ou cópias autenticadas, serão parte integrante do processo licitatório, não podendo ser devolvidos posteriormente.

3.11 - Somente poderão formular ofertas, lances verbais e praticar os demais atos do certame os licitantes que tenham efetuado seu credenciamento junto ao Pregoeiro.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no presente certame, o licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação, **sem encadernação**, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes, indevassáveis e identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA FINANCEIRA
AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020
PREGÃO (PRESENCIAL) EDITAL Nº 012/2020
LICITANTE (Razão Social e CNPJ/deverá ser o mesmo que emitirá as notas fiscais).

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020
PREGÃO (PRESENCIAL) EDITAL Nº 012/2020
LICITANTE (Razão Social e CNPJ/deverá ser o mesmo que emitirá as notas fiscais).

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA:

5.1 - A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografada ou impressa, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas e em linguagem clara. A última datada e assinada pelo seu representante legal, **devendo constar as seguintes informações:**

- a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, telefone/fax e e-mail;
- b) CNPJ, que deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal ou Fatura) para efeitos de cobrança;
- c) nome da pessoa indicada exclusivamente para contatos com o respectivo número do telefone celular e convencional (se tiver) e endereço de email;
- d) nome, CPF e endereço do responsável legal da empresa para a assinatura do contrato;
- e) número da conta-corrente, agência e banco correspondente, para depósito bancário quando do pagamento, obrigatoriamente, em nome do licitante, não sendo aceitas contas de terceiros ou de sócios;
- f) descrição completa do produto ofertado frente a especificação contida no Objeto deste edital, de modo que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações deste Edital foram ou não atendidas;
- g) marca Comercial dos itens cotados, para conferência no momento da entrega. A não indicação de marca não desclassificará a proposta por tratar-se apenas de item informativo;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

h) preço unitário e total líquido, indicado em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor;

i) Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula no valor unitário e total.

5.2 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme disposto no art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 6º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.

5.3 - A Proposta Financeira deverá ser apresentada, preferencialmente, conforme o modelo constante no ANEXO “MODELO DE PROPOSTA” deste edital. A empresa vencedora fica obrigada a fornecer o objeto licitado em conformidade com todas as especificações.

5.4 – Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis até a total entrega do objeto.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”:

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste sub item;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

§ 1º: Os documentos apresentados no credenciamento deste pregão estão dispensados de reapresentação no envelope de “Habilitação”.

§ 2º: AS ATIVIDADES DO LICITANTE CONSTANTES NOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Documento de Identificação de Contribuinte Estadual do Estado em que o licitante for situado (para facilitar o julgamento da habilitação, o documento DI/RE emitido pelo Estado do Rio Grande do Sul, preferencialmente, deverá vir acompanhado da leitura do respectivo QR Code);

c) Prova de regularidade, em plena validade, junto a **Fazenda Federal**, inclusive demonstrando a regularidade no cumprimento das contribuições previdenciárias;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

e) Prova de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de tributo estadual – apenas ICMS do domicílio do licitante);

f) Prova de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em vigor;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo Único: Por serem isentas, ficam dispensadas de apresentar o documento solicitado no Inciso b, as empresas enquadradas como MEI (Micro Empreendedor Individual) situadas no Estado do Rio Grande do Sul. Caso haja idêntica aplicação às empresas situadas em outros Estados da Federação, estas deverão apresentar a respectiva comprovação de isenção.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão** negativa de **falência** ou **concordata**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) **Declaração** de que inexistente qualquer fato impeditivo a participação do licitante no certame, que não foi declarada inidônea, bem como, não está impedida de contratar com o Poder Público ou suspensão de contratar com a Administração, comprometendo-se a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

b) **Declaração** de regularidade para com o Ministério do Trabalho.

c) **Declaração** de recebimento do edital e plena submissão às condições do instrumento do presente Edital em todas as fases do procedimento licitatório, bem como, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

d) **Declaração** assinada pelo representante legal de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

6.2.1 - A documentação exigida poderá ser apresentada na forma original ou através de impresso informatizado obtido via Internet;

6.2.2 - A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente ou por servidor municipal de Presidente Lucena, mediante comprovação com o original ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.2.3 - As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, **até 1 hora antes do horário previsto** para o ato de abertura do envelope respectivo, desde que as referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.

6.2.4 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte serão observadas as disposições dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.

6.2.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

7.1 - No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.2 - Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.3 - Durante os trabalhos somente será permitida a manifestação, oral ou escrita, da pessoa devidamente credenciada pela empresa licitante.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

7.4 - A análise das propostas pelo Pregoeiro considerará o preço unitário do item nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado, exclusivamente, nas propostas dos demais licitantes.

7.5 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) os lances serão ofertados sobre o valor unitário de cada item;
- c) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6 - Para efeito de seleção será considerado o **preço unitário do item**.

7.7 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.8 - O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.9 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.10 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

7.11 - É vedada a oferta de lance igual com vista ao empate.

7.12 - Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

7.13 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.14 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.15 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a aquisição, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Cada etapa competitiva terá duração máxima de 10 (dez) minutos.

7.17 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará se participam da licitação microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP). Em caso positivo, verificará a ocorrência de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme segue:

I - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

II - A microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- III - A microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- IV - Não ocorrendo a contratação da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), na forma do inciso III, serão convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso I, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- V - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- VI - Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- VII- O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).
- 7.18** - O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito desta. Aceita a proposta, passará ao exame da habilitação do licitante. Se o licitante for habilitado, o Pregoeiro o declarará vencedor e abrirá prazo aos demais licitantes para manifestarem sua intenção de recurso, a qual será registrada em ata. A comissão também verificará quanto à habilitação dos outros três licitantes que ofertaram o melhor preço para fins de aplicação do disposto no artigo 64, § 2º da Lei nº 8.666.
- 7.19** - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e oferta de menor preço unitário para o objeto licitado.
- 7.20** - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, nenhuma vantagem não prevista no edital.
- 7.21** - Da sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, e da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- 7.22** - A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena.
- 7.23** - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.
- 7.24** - Caso haja redução do valor global em função dos lances, o licitante declarado vencedor terá prazo de 24 horas após o certame para apresentar, pessoalmente ou por meio eletrônico se preferir, nova proposta financeira com os valores dos subitens corrigidos na mesma proporcionalidade, respeitando a soma e não ultrapassando o valor global do lance vencedor.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

8.1 - No final da sessão, o licitante que tiver a intenção de recorrer deverá manifestar-se imediata e motivadamente, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar suas contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

8.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5 - O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - A adjudicação será feita por item.

8.7 - Nos eventuais recursos, o recorrente deverá observar o seguinte:

8.7.1 - somente serão válidos os documentos originais.

8.7.2 - quando encaminhadas via FAC-SÍMILE ou MEIO ELETRÔNICO, as razões do recurso serão válidas por até 24 (vinte e quatro) horas, prazo em que o interessado deverá protocolar os originais junto à Prefeitura Municipal de Presidente Lucena.

8.7.3 - as razões deverão ser protocoladas devidamente assinadas por seus subscritores na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, na Rua Ipiranga, 375 – Centro, Presidente Lucena/RS, no horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min de 2ª à 5ª Feira e das 08h00min às 11h00min na 6ª Feira;

8.7.4 - Não protocolado na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor do recurso.

8.7.5 - Será considerada a data de recebimento dos documentos originais junto ao protocolo do Município e não a data de postagem, se enviado por correio ou outro serviço.

9. DA FORMA DE FORNECIMENTO:

9.1 – O vencedor compromete-se a realizar a entrega do objeto licitado, o qual deverá ser entregue pelo mesmo, diretamente nas escolas indicadas em cada pedido, obedecendo às quantidades, datas e horários estipuladas no mesmo.

9.2 – Além da entrega na escola indicada, deverá o licitante vencedor também descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelas merendeiras, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

9.3 – O contratado deverá entregar alimentos de boa qualidade, em embalagens íntegras e próprias para alimentos conforme as normas de entrega especificadas no anexo I, obedecendo todas as cláusulas do contrato, estando sujeito à devolução e/ou troca dos alimentos inadequados.

9.4 – Serão devolvidas as mercadorias que não apresentarem condições próprias para consumo às quais deverão ser repostas sem ônus para o Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

9.5 – **OBRIGATORIAMENTE, DEVERÁ SER EMITIDA UMA NOTA FISCAL PARA CADA PEDIDO**, juntamente com um comprovante de entrega sempre que houver.

9.6 – O Secretário e/ou servidor autorizado que receber o objeto, fará a conferência, após o que, assinará a respectiva nota fiscal.

* EM CASO DE ACRÉSCIMO DE PEDIDO OU PEDIDO EMERGENCIAL O MESMO SERÁ FEITO PELA NUTRICIONISTA DA SMECD DIRETAMENTE AO FORNECEDOR QUE DEVERÁ ENTREGAR CONFORME SOLICITAÇÃO DA MESMA.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

10.1 - O objeto da presente licitação será recebido:

10.1.1 - provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

10.1.2 - definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos, com a sua consequente aceitação.

10.2 - Serão rejeitados no recebimento, os materiais com especificações diferentes das contidas no objeto e das informadas na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no edital.

10.3 - Constatadas irregularidades quanto à especificação do objeto, o Contratante poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.3.1 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pela perfeita execução do objeto, ficando esta obrigada a substituí-lo, no todo ou em parte, se a qualquer tempo forem constatados vícios, defeitos ou incorreções.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 - Os pagamentos poderão ser efetuados até o décimo dia do mês subsequente às entregas, mediante apresentação das Notas Fiscais e sua consequente aceitação de acordo com cada pedido, assinadas pelo responsável pelo recebimento, bem como, pelo responsável da SMECD.

11.2 - O pagamento será efetuado nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, ou “duplicata em carteira”, devendo a adjudicatária indicar na Nota Fiscal o número de sua conta-corrente, agência e banco correspondente.

11.3 - A Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa vencedora deverá conter, em local de fácil visualização, o número do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.4 - A dotação orçamentária correrá por conta de verbas codificadas sob o número adiante descrito: 08 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

02 - EDUCAÇÃO INFANTIL

12.365.0089.2021 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUC.INFANTIL 3.3.90.30.00.000000 -

MAT. CONSUMO - Contas 82200, 82300 e 82500

03 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0089.2022 —ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.000000 - MAT. CONSUMO – Contas 85000, 85100 e 85400

12. DAS PENALIDADES:

12.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, os licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02(dois) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02(dois) anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05(cinco) anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

12.2 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração Pública enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade.

13.- DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

13.1 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório do Pregão.

13.1.1 - As petições deverão ser protocoladas junto à Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, situada na Rua Ipiranga, 375 – Centro, Presidente Lucena/RS, no horário das 08hs às 11h30min e das 13h00min às 17hs de 2ª à 5ª Feira e das 08hs às 11hs - 6ª Feira, dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.

13.1.2 - Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.1.3 - Em caso de alteração no texto do edital e/ou de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

13.2 - Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:

13.2.1 - Somente serão válidos os documentos originais;

13.2.2 Quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou MEIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 24 (vinte e quatro) horas, tempo em que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Presidente Lucena.

13.2.3 Não protocolado na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação, será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, na qual serão registradas as impugnações fundamentadas que, porventura, sejam apresentadas pelos representantes legais presentes.

14.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria Ata.

14.3 - Todas as propostas e documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

14.4 - O comunicado de abertura de licitação, bem como do resultado do presente certame, poderá ser divulgado através do mural constante na sede da Prefeitura do Município de Presidente Lucena/RS e através do site www.presidentelucena.rs.gov.br.

14.5 - Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários, poderão ser formalizados através de publicação em jornal, no mural constante na sede do Município de Presidente Lucena/RS e por meio eletrônico junto ao site da prefeitura: www.presidentelucena.rs.gov.br.

14.6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.

14.7 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

14.8 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Normas de Entrega;

Anexo II – Planilha descritiva;

Anexo III – Modelo de Proposta Financeira;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Anexo IV - Modelo de Credenciamento;
Anexo V – Modelo Declaração em atendimento ao § VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002;
Anexo VI – Modelo Declaração de Concordância com o Edital;
Anexo VII – Modelo Declaração da inexistência de fato impeditivo;
Anexo VIII – Modelo Declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;
Anexo IX - Modelo declaração de inexistência de servidor em seu quadro societário;
Anexo X – Minuta do Termo de Contrato.

14.9 - A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, sob amparo da legislação que rege o presente certame.

14.10 - As informações complementares referentes aos termos do presente Edital e do objeto licitado que se fazem necessárias, deverão ser dirimidas pelo interessado na Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, situada na Rua Ipiranga, 375 – Centro, Presidente Lucena/RS, no horário das 08hs às 11hs e das 13h30min às 17hs de 2ª à 5ª Feira e das 08hs às 11hs - 6ª Feira, fone/fax (0**51)-3445-3011 ou 3445.3111

Presidente Lucena, 17 de março de 2020.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Magda Carboni
OAB/RS 72.802

GILMAR FÜHR
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se

César Alberto Karling
Secretário da Fazenda e Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I – NORMAS DE ENTREGA

NORMATIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Os fornecedores deverão fazer as entregas dos alimentos licitados, diretamente nos estabelecimentos de ensino, conforme pedidos, cumprindo dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, obedecendo às normas de entrega de alimentos conforme abaixo indicadas:

1 – Alimentos não perecíveis

- **Observar prazo de validade:** o produto entregue para consumo deve ter, no mínimo, **03 meses de validade após a data de entrega do mesmo nas escolas (dependendo do produto a validade pode ser inferior).**
- Devem apresentar rotulagem com informação nutricional.
- Acondicionado em embalagem original, íntegra, **devidamente rotulada.** A embalagem não deve estar amassada, enferrujada, estufada, trincada, apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas ou qualquer outro sinal de alteração do produto.
- O veículo de transporte deve ser fechado e em condições higiênicas adequadas.
- Entregador em perfeito estado de higiene.

2 – Alimentos perecíveis

- Os alimentos devem estar em perfeitas condições para o consumo humano. Os **hortifruti** (frutas, verduras, legumes, raízes e tubérculos) devem ser entregues em caixas plásticas, conforme o tipo de alimento. Devem ser entregues frescos, com grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.
- Os alimentos devem estar frescos, íntegros, firmes, sem traços de descoloração ou manchas, isentos de aroma, sabor e odor estranhos. Ausência de danos físicos e mecânicos que afete a aparência (rachaduras, perfurações, cortes).
- Devem estar livres de enfermidades e isentos de insetos, moluscos e larvas. Não devem conter corpos estranhos aderentes à superfície externa, terra, bolor ou mucosidade, sem umidade externa anormal (“gosmenta”).
- Os **ovos** devem estar em caixas limpas e íntegras, a casca deve estar limpa e intacta e isenta de rachaduras. Devem estar em temperatura ambiente.
- Os **laticínios** devem estar em embalagem que proteja de contaminação e assegure sua qualidade, íntegra, limpa, seguindo as características do alimento. Temperatura aceita de até 07°C.
- Observar o prazo de validade: o produto entregue para consumo deve ter, no mínimo, 01 mês de validade após a data de entrega do mesmo nas escolas. Exceto a nata, que tem validade menor.
- Os alimentos devem ter inspeção sanitária e os veículos devem estar em perfeito estado de higiene e ser isotérmico ou refrigerado (carnes e laticínios).
- O entregador deve estar em perfeito estado de higiene, sendo que deverá efetuar a entrega na porta da cozinha sem entrar na mesma (determinação do Setor de Vigilância Sanitária).

2.1 – Carnes

- Observar prazo de validade



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- Alimento acondicionado em embalagem higiênica, íntegra e própria para alimentos (saco plástico de acordo com o tipo de alimento deste item).
- Alimentos com inspeção de saúde (SIF).
- Transporte: **Veículo em perfeito estado de higiene, refrigerado.**
- Entregador em perfeito estado de higiene.

2.2 – Biscoitos, Pães e Derivados de Padaria

- Observar prazo de validade (mínimo de 30 dias após a entrega, exceto bolos, pães e derivados, cujo prazo de validade é inferior).
- Devem apresentar rotulagem com informação nutricional.
- Alimento fresco e em perfeitas condições para consumo humano. (De acordo com o tipo de alimento deste item).
- Acondicionado em embalagem higiênica, sacos plásticos próprios para alimentos ou caixa fechada própria para alimentos.
- Veículo fechado e higiênico.
- Entregador em perfeitas condições de higiene.

2.3 – Frios e Laticínios

- Observar prazo de validade (mínimo de 30 dias após a entrega, exceto para frios e laticínios, cujo prazo de validade é inferior).
- Devem apresentar rotulagem com informação nutricional.
- Alimento fresco e em perfeitas condições para consumo humano (de acordo com o tipo de alimento deste item).
- Embalagem íntegra.
- Transporte: **Veículo fechado e higiênico, isotérmico, refrigerado.**
- Entregador em perfeitas condições de higiene.

- **Caso o produto não corresponda ao exigido pelo edital, o fornecedor deverá providenciar, no máximo em 24 horas, a sua substituição visando o atendimento das especificações. Os produtos entregues que não estiverem de acordo com a especificação poderão ser devolvidos no ato da entrega ou, posteriormente, quando verificada sua inadequação e assim solicitada reposição do mesmo.**

Ana Cristine Niemeier Kunz
Nutricionista CRN2/5698

ENDEREÇO DAS ESCOLAS:

Estabelecimento	Endereço	Fone
EMEF BORGES DE MEDEIROS	Estrada Geral Picada Schneider, s/n° - Picada Schneider	3445-3185
EMEF GOV. ROBERTO SILVEIRA	Av. Presidente Lucena, 6158 – Arroio dos Ratos	3445-3180
EMEF NOVA VILA	Av. Presidente Lucena, 656 – Nova Vila	3445-3195
EMEF PROF. FREDERICO BERVIAN	Av Emancipação, 1035 centro	3445.3312
EMEI URSINHO CARINHOSO	Rua Euclides da Cunha, 611 centro	3445-3293



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II – PLANILHA DESCRITIVA

ITEM 1 PRODUTOS NÃO PERECÍVEIS			
SUB-ITEM	ALIMENTO	UNID.	QUANT
1.1	Achocolatado em pó. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Ingredientes mínimos: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais e vitaminas. Valor nutricional máximo de 6% de carboidratos, 1% de gordura, 1% de sódio, 4% do valor energético de uma dieta de 200Kcal por porção. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote 700 gramas.	Pacote	400
1.2	Açúcar cristal. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 2 Kg.	Pacote	190
1.3	Açúcar mascavo. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Ingredientes mínimos: cana-de-açúcar. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	400
1.4	Amido de milho. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: caixa de 500 gramas.	Caixa	60
1.5	Arroz Tipo 1, subgrupo integral. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	320
1.6	Arroz Tipo 1, subgrupo parborizado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	1350
1.7	Café solúvel solúvel em pó. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega. Embalagem: lata de 200 gramas.	Lata	40
1.8	Canela moída. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 25 gramas.	Pote	4
1.9	Cereal bolinha tipo Chocoboll, bolinhas de milho, trigo e aveia com chocolate. Ingredientes: semolina de milho, açúcar, cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo de palma, farinha de aveia, sal, extrato de malte, corante caramelo, aromatizante, vitaminas, minerais e antiemectante bicarbonato de sódio. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	200
1.10	Cereal para alimentação infantil "arroz". Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 230 gramas.	Pacote	8
1.11	Chá de camomila, em sachês para infusão. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: caixa com 10 sachês.	Caixa	40
1.12	Chá de erva-doce, em sachês para infusão. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: caixa com 10 sachês.	Caixa	40
1.13	Chá de funcho, em sachês para infusão. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: caixa com 10 sachês.	Caixa	40
1.14	Chocolate granulado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 18 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	30
1.15	Creme de leite UHT homogeneizado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: tetrapak de 200 gramas.	Tetrapak	60



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

1.16	Doce de leite. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Registro no Ministério da Agricultura, SIF. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pote de 400 gramas.	Pote	190
1.17	Ervilha seca partida. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	10
1.18	Farinha de aveia. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: caixa de 250 gramas.	Caixa	100
1.19	Farinha de mandioca fina, tipo 1. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1Kg.	Pacote	30
1.20	Farinha de milho, tipo polentina. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	80
1.21	Farinha de trigo especial, enriquecida com ferro e ácido fólico. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	200
1.22	Farinha de trigo integral. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	110
1.23	Farinha láctea. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 210 gramas.	Pacote	25
1.24	Feijão carioca, tipo 1. Rótulo com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	410
1.25	Feijão preto, tipo 1. Rótulo com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	450
1.26	Fermento químico, para bolo. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pote de 100 gramas.	Pote	130
1.27	Flocos de cereais "trigo, cevada e aveia". Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote 210 gramas.	Pacote	20
1.28	Flocos de milho açucarados. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 8 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	80
1.29	Gelatina sabores diversos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	30
1.30	Leite condensado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega. Embalagem: tetrapak de 395 gramas.	Tetrapak	100
1.31	Lentilha tipo 1. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	380
1.32	Massa para sopa, tipo cabelo de anjo, com ovos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	15
1.33	Massa para sopa, tipo letrinhas, com ovos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	15



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

1.34	Massa tipo parafuso integral, com ovos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	230
1.35	Massa tipo espaguete, com ovos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	230
1.36	Massa tipo penne, com ovos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500 gramas.	Pacote	230
1.37	Melado de cana. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 700 gramas.	Pote	50
1.38	Noz moscada moída. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 18 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 25 gramas.	Pote	20
1.39	Óleo de soja refinado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem: pet 900ml.	PET	210
1.40	Orégano. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 18 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 40 gramas.	Pote	25
1.41	Pó para pudim sabores diversos. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	20
1.42	Polvilho azedo. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 1Kg.	Pacote	20
1.43	Sal marinho iodado. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 1 Kg.	Pacote	170
1.44	Schmier colonial (doce cremoso de cana). Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 8 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 700 gramas.	Pote	80
1.45	Vinagre de maçã. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. Embalagem: garrafa plástica de 750ml.	Garrafa	60
1.46	Pipoca em grão, tipo 1. Rótulo com identificação do produto, valor nutricional, data de validade e número do lote. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pacote 500g.	Pacote	80

ITEM 2 - FRIOS E LATICÍNIOS			
SUB-ITEM	ALIMENTO	UNID.	Quant.
2.1	logurte parcialmente desnatado com preparado de morango, cremoso. Rótulo com identificação do produto, ingredientes e valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e número do lote. Registro do SIM, SIF ou CISPOA. Validade mínima de 1 mês a contar da data de entrega. Embalagem plástica, peso líquido de 900g.	Saco	2700
2.2	Creme de leite (nata). Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e número do lote. Registro no SIM ou SIF. Validade mínima de 20 dias a contar da data de entrega. Embalagem: pote 300 gramas.	Pote	230
2.3	Leite integral UHT, teor de gordura 3%. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e número do lote. Registro do SIM, SIF ou CISPOA. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. Embalagem: tetrapak de 1 litro.	Litro	5700



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

2.4	Margarina vegetal SEM SAL, isenta de gordura trans. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: pote de 500 gramas.	Pote	175
2.5	Massa para lasanha fresca, interfolhada. Rótulo com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, data de fabricação, validade e número do lote. Validade mínima de 1 mês a contar da data de entrega. Embalagem: pacote de 500g.	Pacote	100
2.6	Queijo tipo Mussarela, fatiado. Rótulo com identificação do produto, valor nutricional, fabricante, data de fabricação, validade e número do lote. Registro no SIM, SIF ou CISPOA. Validade mínima de 1 mês a contar da data da entrega. Embalagem: fatiado como no máximo 1Kg cada.	Kg	480



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III – MODELO PROPOSTA FINANCEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL Nº: 012/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO MERENDA ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2020.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
ABERTURA: 31/03/2020 ÀS 08:30 HORAS

Fornecedor:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Email:

Banco:

Agência:

Conta:

Dados do representante legal da empresa para fins de assinatura do contrato.

Nome:

CPF nº:

RG:

Endereço pessoal:

Profissão:

SUB-ITEM	ALIMENTO	UNID.	MARCA	QUANT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
----------	----------	-------	-------	-------	----------	-----------

Data: ____/____/____

Carimbo/Assinatura Resp.Legal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, na modalidade de Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ n.º....., bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

- inclusive assinatura do contrato e seus aditivos.
 exceto assinatura do contrato e seus aditivos.

Marcar somente uma das opções acima.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, declaramos que a empresa CNPJ nº
..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA DO EDITAL

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Declaro, para fins previstos neste Edital que a empresacom sede na cidade de, inscrita no CNPJ nº, tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e concorda com todos os termos do Edital supracitado.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar para fins de cadastro e habilitação, junto a Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, que a empresa....., CNPJ nº.....que não apresenta fato impeditivo e não está sob efeito das penalidades administrativas com nenhum órgão da Administração pública.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARO, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que esta empresa está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IX - NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2020
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa.....
CNPJ.....não possui em seu quadro societário servidor público da ativa,
ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data

ANEXO X – MINUTA TERMO DE CONTRATO



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

CONTRATO Nº

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial Edital nº 012/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 030/2020

TERMO DE CONTRATO que entre si celebram:

O CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Ipiranga, nº 375, Centro, na cidade de Presidente Lucena-RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.707.494/0001-92 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.brasileiro, profissão, estado civil, residente e domiciliado na Rua.....na cidade deportador da Cédula de Identidade nºinscrito no CPF sob nº

E A CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº e Inscrição Estadual sob nº, com sede..... na cidade de representada pelo Sr(a)..... brasileiro, profissão, estado civil, residente e domiciliado, na Rua.....cidade deportador da Cédula de identidade nºinscrito no CPF sob nºtendo em vista o constante no Edital Modalidade Pregão Presencial nº 012/2020, celebram este Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato consiste na aquisição de gêneros alimentícios destinados à Merenda Escolar para as Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme descrição, quantidades e especificações constantes no Anexo I – Planilha Descritiva, para o período letivo escolar de 2020.

Item – 1 (produtos não perecíveis).

Item – 2 (frios).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 O vencedor compromete-se a realizar a entrega dos pedidos diretamente nas escolas indicadas em cada pedido, o qual deverá ser entregue pelo mesmo, obedecendo às quantidades, datas e horários estipuladas no mesmo.

2.2 Os dias para entrega do objeto:

Item – 1 (produtos não perecíveis) todas as segundas-feiras nas escolas de ensino fundamental e de educação infantil.

Item – 2 (frios) e todas as segundas-feiras nas escolas de ensino fundamental e de educação infantil.

*** EM CASO DE ACRÉSCIMO DE PEDIDO OU PEDIDO EMERGENCIAL O MESMO SERÁ FEITO PELA NUTRICIONISTA DA SMECD DIRETAMENTE AO FORNECEDOR QUE DEVERÁ ENTREGAR CONFORME SOLICITAÇÃO DA MESMA.**

2.3 Os produtos deverão ser rotulados contendo informação nutricional em conformidade com a legislação em vigor, além do nome do produto, marca, data de fabricação e prazo de validade, com exceção dos hortifrutí.

2.4 Além da entrega na escola indicada deverá o licitante vencedor também descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelas merendeiras, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

2.5 O contratado deverá entregar alimentos de boa qualidade, em embalagens íntegras e próprias para alimentos conforme as normas de entrega especificadas no anexo I, obedecendo todas as cláusulas do contrato, estando sujeito à devolução e/ou troca dos alimentos inadequados.

2.6 Serão devolvidas as mercadorias que não apresentarem condições próprias para consumo às quais deverão ser repostas sem ônus para o Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ser caracterizado atraso na entrega, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

2.7 OBRIGATORIAMENTE, DEVERÁ SER EMITIDA UMA NOTA FISCAL PARA CADA PEDIDO, juntamente com um comprovante de entrega sempre que houver.

2.8 O Secretário e/ou servidor autorizado que receber o objeto, fará a conferência, após o que, assinará a respectiva nota fiscal.

AS DATAS E HORÁRIOS DE ENTREGAS DEVERÃO SER RESPEITADAS CONFORME PEDIDOS.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 A Contratante pagará à Contratada, pelo item 1 o valor unitário de R\$..... (.....) totalizando R\$(.....);

3.2 O pagamento poderá ser efetuado no prazo de 20 (vinte) dias após a entrega da respectiva Nota Fiscal devidamente assinada pelo responsável pelo recebimento do objeto e sua consequente aceitação.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa vencedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.4 O pagamento será efetuado nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, ou “duplicata em carteira”, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

3.5 O preço a ser pago inclui todas as despesas e custos diretos e/ou indiretos, tais como: valor do equipamento em si, com todos os seus componentes, revisão, prestação de assistência técnica, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, comerciais, cíveis e fiscais.

Parágrafo Único - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado.

CLÁUSULA QUARTA: DO VENCIMENTO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020. O período de entregas iniciará de acordo com o comunicado que será feito com antecedência pela Nutricionista do Município diretamente ao fornecedor declarado vencedor, podendo ser por telefone e/ou via email.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- Entregar os produtos de acordo com as especificações deste contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato, bem como arcar com custo de frete e demais despesas que se fizerem necessárias;
- Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- Responder, diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA SEXTA: DA ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado nos casos permitidos pelos incisos e parágrafos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e a aplicação das penalidades previstas em Lei e no contrato. Constituem motivo para rescisão do contrato às hipóteses dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão em relação ao objeto, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

I- ADVERTÊNCIA, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

II - MULTA - de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do promitente fornecedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela autoridade competente;

III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - Para participação em licitações e impedimento para contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos no caso de reincidência;

IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - Para licitar ou contratar com a Administração Municipal, no caso de a Contratada praticar atos ilícitos.

§ 1º - Sem prejuízo das cominações referidas nesta Cláusula e, independentemente das perdas e danos que venham a ser apuradas, a Contratada ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.
- b) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;
- c) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da Contratante;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais, federal, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos Órgãos competentes em razão da infração cometida;
- e) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, o objeto contratual;
- f) Praticar, por ação ou omissão dolosa, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar dano a Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação de indenizar ou reparar os danos.

§ 2º - A multa será descontada dos pagamentos ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 3º - A multa aplicada não impede a **Contratante** de rescindir unilateralmente o contrato.

§ 4º - As multas poderão ser aplicadas juntamente com as demais sanções previstas nesta Cláusula.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

§ 5º - A **Contratada** será notificada da aplicação da multa por escrito, assinalado a prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação, para o recebimento da importância correspondente. O não recolhimento no prazo fixado importa em imediata suspensão de qualquer pagamento a Contratada.

§ 6º - A cobrança de multa será feita mediante desconto no pagamento de faturas apresentadas após sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da empresa contratada, se a fatura for insuficiente.

§ 7º - As sanções previstas nos incisos III e IV desta Cláusula poderão também ser aplicadas à Contratada e aos profissionais que em razão do presente contrato:

I – tenham sofrido condenação definitiva por, dolosamente, praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, seu objeto será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos, com a sua consequente aceitação.

c) Serão rejeitados no recebimento, os materiais com especificações diferentes das contidas no objeto e das informadas na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no edital.

d) Constatadas irregularidades quanto à especificação do objeto, o Contratante poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

e) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

f) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do licitante vencedor pela perfeita execução do objeto, ficando este obrigado a substituí-lo, no todo ou em parte, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto juntamente com a Nutricionista do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aplicação do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

02 - EDUCAÇÃO INFANTIL

12.365.0089.2021 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUC.INFANTIL 3.3.90.30.00.000000 - MAT. CONSUMO - Contas 82200, 82300 e 82500

03 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0089.2022 —ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.000000 - MAT. CONSUMO – Contas 85000, 85100 e 85400



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas suscitadas pelos termos do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Ivoti/RS.

E por estarem acordadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Presidente Lucena.....dede 2020

Contratante

Contratada

Fiscal Titular

Fiscal

Testemunha

Testemunha